

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Protocolo nº: 24.943.210-5

Ref.: Impugnação Ao Edital nº 04/2025 - HRL

Impugnante: SERVIÇOS DE SAUDE ZANICOTTI SA – CNPJ nº 01.304.128/0001-01

Trata-se de Impugnação apresentada pela empresa SERVIÇOS DE SAUDE ZANICOTTI SA, por intermédio da qual questiona a exigência prevista nos itens 8.7 e 10.1.5.4 do Edital nº 04/2025, que determina que as empresas devem possuir certificado de regularidade de inscrição junto aos Conselhos de Classe.

Deste modo, passa a Comissão de Credenciamento, cuja composição fora designada pela Portaria FUNEDAS nº 274, de 12 de agosto de 2025, a se manifestar em relação às razões da impugnação, o que faz de acordo com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS

A Impugnante sustenta que há dois problemas na exigência de qualificação técnica prevista no Edital.

O primeiro refere-se à obrigatoriedade de inscrição da pessoa jurídica junto ao Conselho de Classe relativo ao objeto do edital, argumentando que pessoas jurídicas com mais de uma atividade econômica podem inscrever-se apenas no conselho de classe correspondente à sua principal atividade. Defende que a exigência editalícia, ao exigir a inscrição no conselho da área específica do serviço credenciado, restringe a competitividade e viola o disposto no art. 14, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que veda exigências impertinentes ou desnecessárias à garantia da execução do objeto.

O segundo ponto levantado pela Impugnante refere-se ao prazo mínimo de inscrição junto ao respectivo Conselho de Classe, por considerar que tal requisito igualmente afronta o referido dispositivo da Lei nº 14.133/2021, ao impor limitação temporal que não guarda pertinência com o desempenho técnico da empresa.

Aduz, ainda, que a exigência de inscrição da pessoa jurídica no conselho de classe do objeto do credenciamento desconsidera a natureza multidisciplinar dos serviços de saúde. Sustenta que pessoas jurídicas que prestam serviços de assistência à saúde podem reunir diferentes especialidades — medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia, entre outras —, sem que isso implique a obrigatoriedade de registro em todos os conselhos correspondentes.

2. PRELIMINARMENTE - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do item 7 do Edital nº 04/2025, é assegurado aos interessados o direito de impugnar o edital até três dias úteis antes da sessão pública.

Considerando que a sessão está designada para o dia 07/11/2025, e que a Impugnação foi protocolada em 04/11/2025, constata-se que o documento foi apresentado dentro do prazo legal e editalício, motivo pelo qual deve ser conhecido, por tempestivo, passando-se à análise do mérito.

3. DO MÉRITO

3.1. Da Legalidade da Exigência de Inscrição no Conselho de Classe

De início, cumpre esclarecer que a exigência de comprovação de inscrição da pessoa jurídica junto ao respectivo Conselho de Classe não constitui exigência desarrazoada ou impertinente, mas, ao contrário, decorre de comando legal e visa assegurar que a empresa possua regularidade técnica e profissional compatível com o objeto lícito.

Nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, compete à Administração Pública exigir dos licitantes a documentação necessária para demonstrar a sua habilitação técnica e a aptidão para o desempenho da atividade, de modo a garantir a adequada execução contratual. Assim, a inscrição em Conselho Profissional é requisito mínimo de regularidade e idoneidade técnica, especialmente quando o serviço a ser prestado exige fiscalização e responsabilidade técnica de profissionais habilitados.

No caso dos serviços de assistência à saúde, é notório que a atuação das empresas está sujeita à fiscalização de diferentes órgãos de classe e sanitários, sendo que a regularidade perante o respectivo Conselho de Classe assegura o cumprimento das normas éticas, técnicas e legais aplicáveis.

Ademais a exigência de comprovação de inscrição da pessoa jurídica junto ao respectivo Conselho de Classe não configura exigência indevida ou desproporcional, mas, ao contrário, decorre de expressa previsão legal, conforme dispõe o artigo 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, segundo o qual:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Dessa forma, o dever de registro decorre da atividade efetivamente exercida pela empresa ou do serviço que ela presta a terceiros, e não apenas de sua atividade principal. Assim, empresas que atuam em mais de uma área profissional devem possuir a devida regularidade junto ao Conselho correspondente a cada ramo de atividade.

3.2. Da Aplicação da Legislação e Normas Específicas de Cada Conselho

No caso dos serviços de **enfermagem**, por exemplo, a **Resolução COFEN nº 721, de 17 de maio de 2023**, é categórica ao determinar que:

Art. 3º Toda Empresa de Enfermagem deverá possuir o RE junto ao Conselho Regional de Enfermagem (Coren), sendo facultado o registro a outras empresas, por autonomia administrativa.

De forma semelhante, no tocante aos serviços farmacêuticos, a **Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960**, dispõe em seu artigo 24:

Art. 24. As empresas e estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico deverão provar perante os Conselhos Federal e Regionais que essas atividades são exercidas por profissional habilitado e registrado.

Tais dispositivos demonstram que, sempre que a empresa exerce atividade sujeita à fiscalização profissional, ainda que de forma acessória, é obrigatória sua inscrição no respectivo Conselho de Classe, bem como a indicação de responsável técnico habilitado.

3.3. Da Distinção em Relação às Entidades Hospitalares

Diferentemente do que sustenta a Impugnante, as empresas que buscam o credenciamento em questão não se enquadram na categoria de hospitais ou estabelecimentos de saúde de caráter geral, cuja atividade principal é a medicina e que, portanto, devem possuir registro perante o Conselho Regional de Medicina.

As empresas participantes deste credenciamento possuem diversos ramos de atuação, oferecendo serviços que abrangem enfermagem, fisioterapia, farmácia, entre outros, prestados de forma independente e não sob a estrutura de um hospital geral. Nessas condições, **cada serviço especializado exige o devido registro no conselho correspondente à atividade desempenhada**, conforme previsto nas normas acima mencionadas.

Assim, quando uma empresa presta serviços de enfermagem, deve estar registrada no COREN; quando presta serviços de fisioterapia, deve estar inscrita no CREFITO; e, se oferece serviços farmacêuticos, deve possuir registro junto ao CRF, não havendo qualquer afronta à legislação ao se exigir tal comprovação.

4. DECISÃO

Diante de todo o exposto, a Comissão de Credenciamento entende que a impugnação apresentada pela empresa SERVIÇOS DE SAÚDE ZANICOTTI SA deve ser conhecida, por tempestiva, mas indeferida quanto ao mérito, permanecendo inalteradas as disposições do Edital de Credenciamento nº 04/2025.

Encaminha-se o presente documento para análise e ratificação pelo Diretor-Presidente da FUNEDS.

Curitiba, 05 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

ANDRÉ LUÍS MIKILITA MIRA

Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente

GISELE APARECIDA SANTOS

Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente

JOSILENE FERNANDES

Presidente da Comissão de Credenciamento

Documento: **20.HRLImpugnacaoZanicotti.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Andre Luis Mikilita Mira (XXX.419.959-XX)** em 06/11/2025 14:17 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, **Gisele Aparecida Santos (XXX.331.659-XX)** em 06/11/2025 15:09 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, **Josilene Fernandes (XXX.739.879-XX)** em 06/11/2025 16:40 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO.

Inserido ao protocolo **24.943.210-5** por: **Andre Luis Mikilita Mira** em: 06/11/2025 14:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA – FUNEDS

Protocolo nº 24.943.210-5

DESPACHO nº 2.741/2025

- I. Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **SERVIÇOS DE SAUDE ZANICOTTI SA – CNPJ nº 01.304.128/0001-01** em face dos termos do Edital de Credenciamento/Chamamento Público n.º 004/2025, que visa atender o Hospital Regional do Litoral.
- II. Informo ciência quanto a da solicitação de impugnação apresentada.
- III. **ACOLHO** como relatório o conteúdo das manifestações da Comissão de Credenciamento às fls. *retro*.
- IV. **ACOMPANHO** o entendimento exposto pela referida Comissão, adotando como fundamento para a presente decisão.
- V. **RATIFICO** a decisão da Comissão de Credenciamento, decidindo pelo **NÃO PROVIMENTO** da impugnação realizada.
- VI. **PUBLIQUE-SE.**

Diretoria da Presidência, 06 de novembro de 2025.

Assinado eletronicamente/digitalmente

GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente – FUNEDS

Rua do Rosário, 144 – 10º andar – 80.020-110 – Curitiba – PR
Tel.: 41 3798-5373 | www.funeas.pr.gov.br

Documento: **Despacho2741Protocolo24.943.2105DecisaolmpugnacaoEditalCredenciamentoHRL.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Geraldo Gentil Biesek (XXX.399.129-XX)** em 06/11/2025 17:01 Local: FUNEAS/DP.

Inserido ao protocolo **24.943.210-5** por: **Jucilene Santos Custódio** em: 06/11/2025 17:01.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: